

AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: INDICADOR SOCIOECONÔMICO REGIONAL E LOCAL

Ruth de Oliveira Sousa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Antônio Domingos Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a agricultura familiar e as políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico e local no município de Bom Jesus da Lapa/Ba, no ano de 2016. Entende-se que a agricultura familiar é um seguimento de pequenos agricultores, que tem como principal atividade a agricultura desenvolvida em núcleo familiar, construindo um papel importante como indicador socioeconômico do país. No Brasil, essa importância foi legitimada através de lutas de movimentos sociais, e da reforma agrária que gerou conquistas políticas, leis e programas voltados para o pequeno agricultor do campo. Esse trabalho objetivou conhecer desafios e superações vivenciados pelo homem camponês, bem como, analisar as contribuições que a agricultura familiar potencializa positivamente junto aos indicadores de desenvolvimentos como Produto Interno Bruto - PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, da cidade e Bom Jesus da Lapa. Para construção desse trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica da literatura da temática, pesquisa qualitativa e entrevista semiestruturada com servidores do governo federal. Diante desses estudos, foram encontrados índices relevantes que demonstraram que a agricultura familiar é grande suporte no abastecimento alimentar brasileiro, colaborando para geração de emprego/renda, diminuição da pobreza, aumento da qualidade de vida, controle da inflação e melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento Econômico. Políticas Públicas.

Introdução

Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social e política, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico.

Corroborando com Teixeira (1996), entende que Agricultura Familiar ou pequena agricultura tem uma relação estreita entre produção e consumo, mantendo alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado. Agricultores

florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais, dentre outros se enquadram no perfil de pequenos proprietários rurais.

Segundo a Constituição brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais (varia de 5 a 100 hectares) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

No que tange sobre a discussão do desenvolvimento socioeconômico, em Bom Jesus da Lapa, que está localizada na região Nordeste, especificamente no Centro-Oeste baiano. Bom Jesus da Lapa, possui uma população estimada de 69.662 habitantes, dos quais 20.397 vivem na zona rural, ou seja, 32% da população de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). A dinâmica do desenvolvimento de Bom Jesus da Lapa se configurou na estrutura econômica do comércio religioso e da agricultura, realizada especificamente no Projeto de Irrigação Formoso A e H, que fica na zona rural de Bom Jesus da Lapa, há aproximadamente, 35 quilômetros da sede e tem um potencial agrícola enorme pela grande produção dos pequenos produtores e familiares, que observou essa oportunidade como forma de sobrevivência, emprego e renda para seu núcleo familiar.

O Perímetro Irrigado do Formoso A e H, é conhecido por áreas adaptadas por letras na sua divisão territorial de lotes. Assim sendo, implantado pelo Governo Federal, por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), entre os anos 1980 e 1990, às margens do Rio Corrente, no município de Bom Jesus da Lapa, em uma área bruta total de 19.500 hectares, sendo 12.100 hectares de área irrigável, voltado para o desenvolvimento agropecuário da região (CODEVASF, 2017).

Com a implantação do projeto formoso houve uma elevação da posição do município de Bom Jesus da Lapa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), baseado na distribuição do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas. Com o investimento substancial na economia agropecuária, Bom Jesus da Lapa, passou a ser o maior produtor de banana do Brasil, segundos dados do IBGE (2016), essa notoriedade

refletiu no O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), pois além da atividade econômica no comércio local que já era amplo pelo fluxo de pessoas nas romarias (Romaria da Terra e Das Águas, do Bom Jesus da Lapa, Nossa Senhora da Soledade), os moradores do município começaram a ter outra fonte de renda, em especial o homem do campo que passou a usufruir de uma nova economia ativa, melhorando sua qualidade de vida.

Os incentivos à agricultura familiar, seja governamental, ONGs, sindicatos, associações ou movimentos sociais conseguem desenvolver um papel fundamental no que se refere ao crescimento econômico, garantindo uma transição socialmente equilibrada entre uma economia de base rural para uma economia urbana e industrial. De acordo com Carlos Guanzilli (2001), em países capitalistas onde a agricultura familiar é incentivada, há um equilíbrio econômico e social, garantido pelo dinamismo estratégico do fortalecimento da agricultura como um todo. Vale ressaltar que esses países basearam-se na garantia do acesso a terra, pautadas na reforma agrária (reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras) e na abertura de fronteiras.

No Brasil, a agricultura familiar passou a ter certa notoriedade a partir de meados da década de 90. De acordo com Buainaim e Romeiro (2000), esse processo aconteceu tardiamente se comparada a outros países. Neste período, assistiu-se a uma verdadeira efervescência de movimentos preocupados com as questões do campo, que produziram inclusive formas de manifestações que levaram a aprovação de documentos que defendem a importância da agricultura familiar no contexto agropecuário brasileiro.

Com o reconhecimento do poder público, a agricultura familiar, garante não só prerrogativas de lucros para pequenos grupos familiares, como também exerce contrapartidas para o fortalecimento da economia do país. A partir de tal entendimento e da importância desse tipo de agricultura, foram surgindo políticas públicas voltadas para esse seguimento, aumentando significativamente o número de famílias camponesas em estabelecimentos rurais.

Segundo Fernandes (2006), o conceito de campo ou de rural não é somente um espaço de produção de mercadorias, são nas dimensões territoriais que acontecem todas as relações sociais como educação, cultura, produção, infraestrutura, organização política e mercado,

que ocorrem sempre de forma interativa e organizada. Desta forma, o território dos produtores rurais não deve ser percebido apenas como um local onde a sociedade habita, e sim compreendido como espaço de vida ou como tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana.

Nessa perspectiva, essa pesquisa tem o intuito de compreender a importância e os desafios encontrados pela agricultura familiar no cenário nacional e em especial no município de Bom Jesus da Lapa, que está localizado na mesorregião do Vale São Franciscano, na Bahia. Atualmente, o município se destaca na agricultura irrigada do Projeto Formoso A e H, com infraestrutura direcionada a cultivo de frutas como carro chefe a produção de banana, sendo o maior do país na especialidade da banana prata. As demais frutas diversificadas nos estabelecimentos são: mamão, manga, melancia, etc.

Nesta perspectiva, buscam-se reconhecer a relevância dos movimentos sociais e da reforma agrária para as conquistas de políticas públicas, leis, programas e estabelecimentos voltados para o pequeno agricultor do campo. De modo a destacar a importância da assistência técnica dentro do processo dinâmico da globalização e novas tecnologias no desenvolvimento dessas pequenas propriedades.

Metodologia da pesquisa

No que tange o método da pesquisa, aprofundamos às análises a partir de estudos científicos e dos caminhos que dialogam com grandes teóricos do objeto em questão, para se chegar a um determinado fim, aponta Tartuce (2006). A metodologia tem o objetivo traçar regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa. Assim, para efetivação desse estudo, foi utilizado método qualitativo que trabalha com aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. E método quantitativo, focado na análise de dados numéricos através de procedimentos estatísticos (GERHARD & SILVEIRA, 2009).

Na pesquisa, foram usados provedores estatísticos como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Programa das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de

Colonização e Reformam Agrária (INCRA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Dada da Pesquisa.

Para a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento dessas análises foram utilizadas pesquisas bibliográficas, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para concretizar esse estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas no ano de 2016, com três funcionários do Governo Federal, onde pôde responder as perguntas dentro de sua concepção, sem sair do foco da temática. Dialogando com Gil (1999, p. 120) explica que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. As entrevistas foram organizadas por horários determinados com os três servidores federais, os mesmos prestam assistência técnicas aos produtores campestinos no perímetro de irrigação do município de Bom Jesus da Lapa, Bahia.

Desafios da agricultura familiar

Um dos principais pontos que devem ser debatidos sobre a agricultura contemporânea, é a sua capacidade de produção de alimentos e sua contribuição social. A agricultura familiar surge como alternativa, tanto para uma maior distribuição da renda quanto para um possível aumento na produção de alimentos.

De acordo com Guanzioli (2001), o capitalismo traça uma luta desigual entre agricultura familiar e patronal, esta última (aquela que utiliza trabalhadores contratados em propriedades médias ou grandes), geralmente utiliza-se das tecnologias e meios de produções modernas para alavancar o cultivo e obter grandes lucratividades, porém não apresenta uma boa distribuição de renda, pois o foco é a comercialização e o ganho de capital que são destinados diretamente aos patrões e não aos trabalhadores como na agricultura familiar, que além de plantarem para sua subsistência e fortalecer a economia local, também se preocupa com a preservação e sustentabilidade do meio ambiente.

Carlos Guanzioli (2001) enfatiza ainda que os países capitalistas que hoje ostentam os melhores índices de desenvolvimento humano dos Estados Unidos ao Japão tem algo em

comum: a forte presença da agricultura familiar. Além de contribuir para dinamizar o crescimento econômico, a agricultura familiar desenvolveu um papel estratégico que tem sido relevante em muitas análises: o de garantir uma transição socialmente equilibrada entre uma economia de base rural para uma economia urbana e industrial, evolução da estrutura econômica e dinamismo de uma sociedade mais democrática e equitativa. Destacando que esses países baseou-se na garantia do acesso a terra, pautada na reforma agrária (reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras) e na abertura de fronteiras.

É importante salientar, que a reforma agrária no país constitui um grande desafio e caso seja colocada em prática proporcionará um aumento da área cultivada da agricultura familiar, a exemplo:

A reforma agrária tem sido defendida por alguns setores como parte de um conjunto de políticas de cunho social de combate à pobreza, destinada a servir de anteparo para aquela grande parcela de produtores rurais descapitalizados, visto como sem chances de continuar como produtores, mesmo com apoio de políticas agrícolas. (GUANZIROLI 2001, p. 32)

A reforma Agrária não é uma mera política voltada para redistribuição de terras. Trata-se de um processo amplo de mudanças que passa pelo campo político, social, técnico e econômico. De acordo com a Constituição Federal de 1988 a reforma agrária visa desapropriar terras rurais que não estejam cumprindo seu valor social, transferindo para pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, objetivando o alcance de uma igualdade social maior, melhor distribuição do poder político e de melhorias de ordem econômica.

Os movimentos sindicais e populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), vêm pressionando o Governo Federal para que a reforma agrária, seja contemplada com mais recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA), que contempla metas financeiras e fiscais, autoriza despesas do governo de acordo com a previsão das arrecadações, materializando as políticas públicas em ações operacionais. A LOA, é comparada com as previsões estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). O PPA, é um planejamento governamental para quatro anos, ou seja, é uma lei orçamentária que define os planos de ações do governo, que serão executadas pelos gestores durante o período de gestão do governo. Dessa forma, a LOA deve ou deveria refletir as metas e os recursos previstos no PPA. Na tabela 01, trazemos os dados de 2009, onde o



governo assentou 55.498 e em 2015, assentou apenas 26.335 (47% do que foi assentado em 2009).

Tabela 01 - Famílias assentadas por ano

2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506
2006	136.358
2007	67.337
2008	70.157
2009	55.498
2010	39.479
2011	22.021
2012	23.075
2013	30.239
2014	32.019
2015	26.335
TOTAL	747.579

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados disponíveis no INCRA-2016

Nos dados da tabela 01, apresentamos os números das famílias assentadas pelo governo federal de 2003 a 2015, alcançando um recorde de 747.579 novas famílias assentadas. Podemos notar que de 2003 a 2008, houve crescente número de famílias sem terras assentadas pela reforma agrária, isso se deve as políticas integradas que ampliam os investimentos já garantidos pelo instituto e contribuem para acelerar a implantação e a qualificação dos assentamentos, destaca o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA, 2014).

A importância das políticas públicas para a agricultura familiar

Entre os fatores que contribuíram de forma decisiva para a legitimação política e o reconhecimento social, e da importância da agricultura familiar na sociedade brasileira, foram sem dúvida, às políticas de ações e apoio a produção campestre, que incentivaram o grande aumento do número de estabelecimentos familiares.

De acordo com o censo agropecuário de 2017, o IBGE aponta que a agricultura familiar no país é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas, e corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários. Essa prática é responsável pela economia de 90% dos municípios, com até 20 mil habitantes. Mais que isso, 40% da população economicamente ativa depende dessa atividade.

Com o grande contingente de agricultores familiares que temos hoje no Brasil, a concepção de política para o campo, teve que tomar novas diretrizes, iniciando-se assim



novas mudanças com as ações de intervenção na estrutura fundiária e de assentamento de agricultores, passando pela extensão dos direitos previdenciários e chega à agricultura familiar. Foi através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em 1996, e de vários outros programas e políticas como: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Programa de Garantia Para a Agricultura Familiar - PGPAF; Programa Garantia-Safra; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa qualificar entre outros.

Muitos desses programas são anexos ao PRONAF, que foi a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros, e que teve a iniciativa de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País de acordo com levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Eleger a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças [...] em relação à agricultura e aos próprios agricultores. Ainda mais quando se pretende ampliar o conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade incorporando outras esferas da sociedade, além da estritamente econômica, tais como: a educação, a saúde e a proteção ambiental (PRONAF, 1996 -7).

O PRONAF representa um considerável avanço em relação às políticas anteriores. Além de um segmento gerador de emprego e renda, essa linha de financiamento estabelece um padrão de desenvolvimento sustentável que resulta na fixação de parte da população campesina no meio rural.

Tabela 02- Montante Aplicado – PRONAF
Recursos aplicados em bilhões de reais.

ANO	VALOR
2012/2013	R\$ 22,30
2013/2014	R\$ 21,00
2014/2015	R\$ 24,95
2015/2016	R\$ 28,90
TOTAL	R\$ 97,15

Fonte: Portal Brasil, com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Considerando a tabela 02, o crescimento do PRONAF foi de 29,59 % no ano de 2015/2016, em relação à 2012/2013. Esse tipo de incentivo é satisfatório, porém não é suficiente para atender toda demanda de números de estabelecimentos de pequenos

agricultes que precisão desse financiamento agrícola. Para Isso é preciso facilitar o acesso aos recursos junto aos bancos e eles sejam aplicados de forma eficiente.

Para melhor desempenho e aplicabilidade dos recursos, fez-se necessário que os agricultores familiares recebam assistência técnica do estado, parceiros, Organizações Não Governamentais - ONGs, movimentos de apoio aos agricultores familiares, associações e cooperativas. Essas assistências facilitam a produção o manejo e o escoamento dos produtos, gerando renda familiar.

A agricultura familiar responde pela produção de cerca de 70% dos alimentos consumidos diariamente no Brasil. A extensão rural é um serviço estratégico na promoção da segurança alimentar e nutricional (ATER-BA, 2017), em contrapartida a esse movimento de produtividade e extensão, em 2010 entra em vigor a Lei Geral Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei 12.188/2010). Ela é um dos caminhos para que o Brasil alcance a universalização dos serviços da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares.

Como marco da evolução dos direitos aos agricultores rurais foi criado vários serviços de apoio técnico ao homem campestre como: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e a Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural (EMATER) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Outras empresas que trabalham com princípios e diretrizes voltados para o desenvolvimento sustentável como Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) viabiliza orientações que compreende a melhoria dos índices agrônômicos em todas as etapas da produção agrícola, seja no plantio e adubação, seja na colheita e comercialização.

A previdência rural é outra política pública que garante dignidade social e econômica para muitas famílias de pequenos agricultores brasileiros. É relevante salientar que os benefícios da previdência social rural são de extrema importância para a sobrevivência da parcela mais idosa e pobre da zona rural, caracterizando assim a política pública de maior alcance social do país. São 6,4 milhões de benefícios em todo o Brasil, na Bahia temos 671.343 aposentados rurais, sendo que 2.920 estão localizados no município de Bom Jesus da Lapa de acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, 2010). Em 2016 estes números já ultrapassaram 7,0 milhões e 3.000 no Brasil e em Bom Jesus da Lapa.

Agricultura familiar: indicador socioeconômico regional e local.

O potencial da agricultura familiar na atualidade vai além da cultura de subsistência, ela corresponde a uma produção estruturada e emancipatórias. Segundo Buainaim e Romeiro (2000), a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações de animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. O sistema de produção familiar no Brasil apresenta as seguintes características: diversificação, estratégia de investimento progressivo, combinação de subsistemas intensivos e extensivo e grande capacidade de adequação.

As pesquisas ao longo dos anos vêm confirmando a importância e o crescimento da agricultura familiar no Brasil, principalmente na região Nordeste. Embora seja caracterizado como região subdesenvolvida e mais carente do país, por possuir o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as regiões (0,663), o Nordeste tem o terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) de acordo dados do IBGE (2010).

Tabela 03 - índice do IDH por região

Média do IDH-M na Região Sul	0,754
Média do IDH-M na Região Sudeste	0,766
Média do IDH-M na Região Centro-Oeste	0,757
Média do IDH-M na Região Norte	0,667
Média do IDH-M na Região Nordeste	0,663

Fonte: Elaborados pelos autores com base no IBGE 2010.

É válido ressaltar que o IDH, é um índice muito importante, já que foca no conceito de desenvolvimento centrado nas necessidades das pessoas que leva em consideração saúde, educação, habitação, alimentação e crescimento econômico da população. No Nordeste, os estados que tem maiores índices de estabelecimentos da agricultura familiar apresenta melhor desempenho nos indicadores do IDH, a Bahia estar em segundo lugar, perdendo só para Paraíba (IBGE, 2010).

Na análise comparativa das regiões, o Nordeste, concentra a maior parte dos estabelecimentos familiares 1.838.846 dentre as macrorregiões. De acordo com Dados divulgados pelos IBGE (2007), isso corresponde uma ocupação mais da metade dos 4,4 milhões de empreendimentos familiares brasileiros. Dentro desses indicadores a Bahia é o estado com o maior número de estabelecimentos familiares na Região Nordeste. Em 2017, foram recenseados 593.411 estabelecimentos familiares no estado.

Tabela 04 - Resultado da quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar por região do Brasil



Região Do Brasil.	2006	2017
Norte	413.101	480.575
Nordeste	2187.295	1.838.846
Sudeste	699.978	688.945
Sul	849.997	665.767
Centro-Oeste	217.531	223.275
Total no Brasil	4.367.902	3.897.408

Fonte: Elaborados pelos autores com base no IBGE 2006/2017

No Brasil, a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar em 2006, abrangia o número de 4.367.902, no último censo agropecuário de 2017, o número dos estabelecimentos foram para 3.897.408, que representam 76,82% do total dos estabelecimentos dos agricultores famílias, tendo assim uma queda considerável de 470.494 estabelecimentos.

A expressividade da participação da agricultura familiar na economia é tão significativa que alcançou o valor bruto da produção nacional, de 38% (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, 2017), refletindo conquistas no âmbito político institucional. Pode-se afirmar que um dos indicadores que a economia vai bem é quando o PIB (Produto interno bruto) está em ascensão, pois o mesmo é o valor da renda anual total da economia de um país gerada internamente, ou seja, analisa o poder econômico baseado na capacidade de compra. A agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros.

Agricultura familiar: promovendo qualidade no município de Bom Jesus da Lapa.

Há expressivas atividades econômicas desenvolvidas em Bom Jesus da Lapa, que estão diretamente relacionadas à agricultura familiar e ao turismo religioso, responsável, portanto, por grande parte da renda gerada no município, em face de grande produtividade da agricultura e do grande fluxo de pessoas que visitam todo ano a cidade conhecida como “a capital baiana da fé”.

Tabela 05 - Indicadores Socioeconômicos de Bom Jesus da Lapa.

	1991	2000	2010	2020
Renda per capita (R\$)	171,18	247,50	367,62	125,413
PIB Per Capita (R\$1,00)	...	1915,00	6662,38	14.722,75
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	0,372	0,486	0,633	0,579
Proporção de Pobres (%)	68,23	56,28	56,28	...

Fonte: Elaborados pelos autores com base no PNUD 2006 e IBGE 2020.

A renda per capita média de Bom Jesus da Lapa, cresceu 114,76% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 171,18, em 1991, para R\$ 247,50, em 2000 e para R\$ 367,62 em



2010, porém em 2020, houve uma queda considerável, queda de 4,1% em relação a 2019. Acredita-se que a situação delicada do país com atividades econômicas parcial ou totalmente paralisadas para controle da disseminação do vírus, tendo como consequência desemprego, inflação alta, desvalorização da moeda. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 68,23%, em 1991, para 56,28%, em 2000, e para 35,74%, em 2010, porém em 2020 o dado não foi encontrado nos institutos de pesquisa Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD e IBGE.

Uma das estratégias para diminuir a desigualdade, foi à implantação em 1986 do Projeto de Irrigação, Formoso A e H, que têm como fonte hídrica o Rio Corrente, o Formoso A, capta a água por uma estação de bombeamento, sendo levada à rede de canais por meio de duas adutoras. Já o Formoso H, capta a água por meio de uma estação de bombeamento, mas a água é levada até o reservatório de controle do qual parte o canal principal (CODEVASF, 1999). Desde então, a economia do município de Bom Jesus da Lapa, vem crescendo substancialmente. No ano de 2006, a produção de banana (principal produto cultivado pelo projeto de irrigação) atingiu a marca de 86 mil toneladas, o que representa o faturamento bruto de R\$ 46 milhões, já no ano de 2012 o valor subiu para R\$ 112 milhões.

Em entrevista feita com três funcionários da CODEVASF, (identificados pelas letras, A, B e C), são responsáveis pela área técnica de assistência aos agricultores familiares do perímetro de irrigação de Bom Jesus da Lapa, e afirmam que:

Com uma área irrigável de 11.751 hectares o Projeto Formoso A e H, atendem um total de 1.162 lotes, sendo 908 destinados a agricultura familiar e 254 para empresas. Este projeto tem apoio do governo federal, estadual e municipal, além de contar com colaboradores como CODEVASF, SEBRAE, EMBRAPA, entre outras, que também ajudaram a promover o Projeto Amanhã, que é um centro de capacitação e treinamento. Tem como objetivo oferecer cursos profissionalizantes com a finalidade de capacitar jovens camponeses, proveniente da agricultura familiar de 14 a 21 anos, a aprender varias técnicas e informações de como lidar com a terra e com os meios de produção agrícolas. O Projeto ainda incentiva a prática de esportes e o desenvolvimento das aptidões artísticas. (ENTREVISTADO, A, 2016).

O entrevistado A, afirma que as ações da CODEVASF, fortalecem o trabalho dos agricultores familiares do Médio São Francisco baiano, cerca de 4 mil famílias de produtores foram atendidas pela empresa com ações da Companhia sediada em Bom Jesus da Lapa, a mesma tem provido estrutura de produção a associações comunitárias com tratores e

implementos agrícolas que dão impulso ao trabalhador da zona rural para alimentar a família e complementar a renda.

Já o entrevistado B, traz a seguinte informação:

Esse é um trabalho de apoio aos pequenos agricultores do campo é de grande importância regional e local. Essa parceria é feita com recursos das emendas parlamentares, onde as cooperativas, associações, prefeituras solicitam através de ofício a CODEVASF, o equipamento que necessitam para a melhoria da agricultura no campo, em seguida a empresa avalia a documentação para averiguar a necessidade, é feita uma licitação para aquisição e por último é realizada a doação do bem. (ENTREVISTADO, B, 2016).

Importante destaca que entre 2016 e 2017, associações comunitárias da região foram beneficiadas com 77 tratores agrícolas, o que representou investimento de cerca de R\$ 8 milhões. Os recursos são oriundos do Orçamento Geral da União, destinados à CODEVASF por meio de emendas parlamentares (CODEVASF, 2018).

Por último, o entrevistado C, conceitua que,

A CODEVAF desenvolve várias ações que trazem grandes benefícios para as comunidades atendidas. A empresa não é para gerar lucros e sim proporcionar qualidade de vida, ganhos sociais e ativar a economia local. Tudo isso é importante para fixar o homem do campo, motivar a agricultura familiar e melhorar o índice de desenvolvimento humano. (ENTREVISTADO, C, 2016).

Importante ressaltar que o índice do IDH (índice de desenvolvimento humano), também evoluiu no município de Bom Jesus da Lapa, no período 1991-2010, cresceu 70,16%, passando de 0,372 em 1991 para 0,486 em 2000 e 0,633 em 2010. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Contudo, esses índices de desenvolvimento em Bom Jesus da Lapa, ainda precisam melhorar, pois em relação aos outros municípios do Estado da Bahia, o município apresenta uma situação estável, ocupando a 61ª posição no estado (PNUD, 2010).

Considerações finais

A pesquisa buscou verificar, o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, na perspectiva da agricultura irrigada realizada pelos pequenos agricultores familiares tem contribuído para o crescimento socioeconômico e com melhorias da infraestrutura do município, como estradas e comércio, além de colaborar com

o crescimento do PIB per capita, IDH e a diminuição da pobreza e desigualdade. Contudo, foi percebido que esse crescimento apesar de ser satisfatório e positivo, ainda é tímido, comparado a outras cidades. Desta maneira, é pertinente à discussão da temática, a averiguação de indicadores pontuais como IBGE, PNUD, no que diz respeito dos dados da pesquisa e as entrevistas semiestruturadas que ajudaram a complementar às análises e os resultados deste estudo.

Outrossim, importante destacar às valorizações das práticas da agricultura familiar, que dependem basicamente da superação de desafios como: a reforma agrária, o alto-custo do processo de modernização agrícola, a falta de garantia permanente a assistência técnica, às famílias mais carentes e a ausência de recursos para uma produção sustentável. As soluções dessas problemáticas minimizariam o êxodo dos agricultores camponeses para as cidades, além de incentivar que essas famílias permaneçam na terra onde nasceram promovendo assim qualidade de vida para esses camponeses.

Os desafios acima mencionados, colaboraram para que agricultura patronal se desenvolvesse em um ritmo muito mais acelerado do que a agricultura familiar. No entanto, os agricultores familiares revelaram-se mais eficientes, utilizando uma área mais restrita, conseguiram esquematizar sistemas organizados e intensivos, aproveitando ao máximo sua área total.

Evidente que, esta cultura, caracterizada pelo controle da família sobre os meios de produção, promove emprego, renda não só para o núcleo familiar como também para as pessoas locais que vivem no campo, essa eficiência é sinalizada pelos indicadores que demonstram que a agricultura familiar é a principal responsável por suprir o mercado interno, (detém mais de 70% dos alimentos consumidos no Brasil), além de ser a principal responsável pela manutenção da biodiversidade dos recursos hídricos equilibrando do país.

O fortalecimento da agricultura Familiar em Bom Jesus da Lapa, obteve grande destaque com a implantação do Projeto Formoso A e H (1990 e 1999, anos de ocupação e entrada em operação). Atualmente, o projeto possui 1.190 lotes ocupados por irrigantes sendo 945 lotes destinados a agricultores familiares. Esse pólo de desenvolvimento agrícola modificou de forma positiva o contexto social das famílias que ocuparam esses estabelecimentos. O Projeto Formoso é responsável por aproximadamente 6 mil empregos diretos e 10,3 mil empregos indiretos.



Esse sucesso também se deve a apoios técnicos e financeiros como da CODEVASF, PRONAF, ATER, SETAF, CPT, MST E INCRA, que ajudam o pequeno agricultor, desenvolver a produção da sua lavoura e manter o homem do campo em sua terra produtiva. É importante pontuar que a previdência social rural, é uma política social conquistada por lutas de movimentos sociais ligados ao campo, embora alcançada tardiamente, significou um avanço social, voltada para a idéia de equidade de direitos. Todas essas ações contribuíram para que a agricultura familiar crescesse de forma substancial.

Referências

ATLAS, IDHM de Bom Jesus da Lapa-Ba, 2013, Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/bom-jesus-da-lapa_ba>. Acessado em: 25 de Mar. 2021

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Vol. I. Ruris. 2007. Pag. 37-64.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. 2000. 62 p.

BIANCHINI, Valter. **20 Anos do Pronaf, 1995-2015, avanços e desafios** <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf>. Acessado em: 24 Mar. 2021.

CERQUEIRA, Patrícia da Silva *et al.* [..]. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia**. In: II ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA. set. 2006. Agricultura familiar e políticas públicas... Salvador Bahia. 2006. Pag.01-21.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em:<<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2017-1/acoes-da-codevasf-fortalecem-o-trabalho-de-agricultores-familiares-do-medio-sao-francisco-baiano>>. Acessado em: 25 de Mar. 2021.

EBDA, **Prestação de conta: agricultura familiar**. MDA, 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/>>. Acessado em: 24 Mar. 2021.

EMPRATA. **Agricultura Familiar: Novos desafios**. 2007. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/>>. Acessado em: 24 Mar. 2021.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Março, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e**

pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FLORES, Murilo. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq. /Paralelo. 2002. Pag.347-360.

GERHARDT, Tatiana e SILVEIRA, Tolfo Silveira. **Métodos de pesquisa**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999

GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura familiar e reforma agraria no seculo XXI**. Vol 1. Editora Garamond. Brasília, 2001.

GUILHOTO, Joaquim J.M. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Rio de Janeiro. 2006.

GUANZIROLI, Carlos E. *ET.al [.]*. **Agricultura Familiar e reforma agrária do século XXI**. Rio de janeiro: Guaramond, 2001. Pag.288.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia a e Estatística. **Censo agropecuário 2006:** agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro. 2006. Pag.1-267.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia a e Estatística. **Censo agropecuário 2017:** agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro. 2017.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. Pag.57-81.

MUSSOI, Eros Morion. **Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural**. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, MDA. **Programas de apoio a agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acessado em: 24 de Mar. 2021.

PENUD-BRASIL. **Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/brasil-ocupa-73-posicao-entre-169-paises-no-idh-2010.html>>. Acessado em: 26 de Mar. 2021.



RIBEIRO, Sônia Pereira. **Contornos e políticas - pobreza rural na Bahia**. In: AVENA, Armando (Org.). Bahia século XXI. Salvador: Seplante/Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002.

SEBRAE. **Cartilha de acesso ao PRONAF**. Secretaria da agricultura familiar. 2010/211. Disponível em: < <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/>>. Acessado em: 25 de Mar. 2021.

TARTUCE, T. J. A. Métodos de pesquisa. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila. Disponível em: Acesso em: 27 de Nov. 2021

TEIXEIRA W, CORDANI UG, NUTMAN AP & SATO K. 1996. **Evolução da agricultura familiar**: Contextos e novos paradigmas. In: SYMP. ARCHEAN TERRANES OF THE SOUTH AMERICAN PLATFORM. 1.1996. Brasília. Anais. Brasília: SBG. Pag.63-64.

AUTORES/AS:

Ruth de Oliveira Sousa

Graduada em pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB; Pós-Graduada em Gestão Pública - UNEB; Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar - EEA (Escola de Engenharia e de Agricultura da EEMBA); Professora da Rede Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; Email: ruthinha@yahoo.com.br

Antônio Domingos Moreira

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Especialista em Agroecologia IF-Baiano e Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Montenegro; Professor da Rede Municipal de Educação do município de Riacho de Santana - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; Email: tony.dom1987@gmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Pós-Doutora em Movimentos Sociais e Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB); Prof.^a Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC/DCIE/UESC/UESB/BA). E-mail: arlerp@hotmail.com